

MONTGOMERY WELLINGTON MUNIZ

# O ASSESSOR DE MAGISTRADO NO BRASIL

Radiografia dessa função desconhecida –  
Proposta de utilização de assessorias centrais  
como uma melhor opção

**O ASSESSOR DE MAGISTRADO NO BRASIL**  
**Radiografia dessa função desconhecida – Proposta de**  
**utilização de assessorias centrais como uma melhor opção**

© 2019 Montgomery Wellington Muniz

Todos os direitos reservados

1ª Edição – Editora GARCIA

Brasil – Julho de 2019

ISBN 978-65-80264-47-6

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Muniz, Montgomery Wellington

O assessor de magistrado no Brasil: Radiografia dessa função desconhecida – Proposta de utilização de assessorias centrais como uma melhor opção / Montgomery Wellington Muniz – 1ª ed. – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2019.

ISBN 978-65-80264-47-6

1. Poder Judiciário. 2. Brasil. 3. Assessor de magistrado. I.  
Título.

CDD – 328.34

---

**Editado por:** Editora Garcia

**Impressão:** Editora Garcia

**Site:** [www.editoragarcia.com.br](http://www.editoragarcia.com.br)

**E-mail:** [editorial@editoragarcia.com.br](mailto:editorial@editoragarcia.com.br)

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - O Princípio da Eficiência no Poder Judiciário</b> .....	27
1.1 O uso do termo Eficiência na Economia e na Administração Pública .....	27
1.2 O Princípio da Eficiência .....	30
1.3 A exigibilidade da eficiência da administração pública .....	36
1.4 Princípio da Eficiência no Poder Judiciário .....	40
1.5 Eficiência na concretização do Princípio da Igualdade .....	46
1.6 Eficiência na concretização do Princípio da Razoável Duração do Processo .....	48
<b>Capítulo 2 – Elaborando um perfil de assessor de magistrado</b> ..	55
2.1 A atual sobrecarga de trabalho dos juízes .....	55
2.2 Os assessores como auxiliares dos magistrados na elaboração de minutas de decisão.....	59
2.3 Perfil dos assessores .....	70
2.4 Diferenciação entre cargo, função e atividade.....	78
2.5 Requisitos para se exercer a atividade de assessor .....	86
2.6 Possíveis problemas .....	90
<b>Capítulo 3 - Gestão de assessorias como auxiliar na igualdade de tratamento</b> .....	93
3.1 Problema: Enorme diferença de acervos processuais .....	94

3.2 Proposta: equipe central de assessoria .....	101
3.3 Limites da proposta.....	102
3.3.1 A falta de uniformidade de método de trabalho .....	102
3.3.2 A falta de transparência.....	103
3.4 A melhor utilização das equipes no gerenciamento de processos judiciais.....	104
3.5 A atual gestão patrimonialista das equipes de assessores .....	107
3.6 Análise de outras propostas para aumentar a eficiência do magistrado em produzir decisões .....	114
3.6.1 A utilização de inteligência artificial como auxiliar do juiz.....	114
3.6.2 O aumento de assessores pessoais do magistrado .....	124
3.6.3 A segmentação da análise do caso, com etapas analisadas por pessoas menos especializadas .....	126
<b>Capítulo 4 – Pesquisa sobre a utilização de assessorias no Poder Judiciário Brasileiro .....</b>	<b>129</b>
4.1 Descrição da metodologia empregada.....	129
4.2 Resultados.....	133
Grupo 1 – utilização de assessorias pelo tribunal .....	135
Grupo 2 – Sobre equipes de assessores de cada serventia (“judicial clerks”) .....	136
Grupo 3 – Equipes de assessores do Tribunal (“central staff attorney” ou “força tarefa”).....	142
Grupo 4 – Sobre o perfil dos assessores .....	145
Grupo 5 – Sobre a gestão do cartório (ou “serventia”) .....	155
Conclusões da pesquisa.....	171
<b>Considerações finais.....</b>	<b>177</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>183</b>
<b>Apêndice I – Questionário enviado aos tribunais.....</b>	<b>191</b>
<b>Apêndice II – Respostas ao questionário.....</b>	<b>195</b>